



Suplemento
Suplemento
Suplemento

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

ACTA Nº. 1/95 SESSÃO ORDINÁRIA DE FEVEREIRO DE 1995 16 de Fevereiro de 1995

Os trabalhos foram declarados abertos às 21.30 horas.

Mesa: Mário Ventura Henriques.

Miguel Paulo Nunes de Mendes Gabriel.

Joaquim Marques.

Membros presentes: Todos, com excepção dos Srs. Armando Paulino Domingos, D^a. Isabel Ferreira, Jaime Garcia, Jorge de Lemos, D^a. Maria João Ferreira e Rui Amendoeira, conforme consta da relação anexa.

I - ORDEM DE TRABALHOS

1 - Apreciação, nos termos da alínea d) do nº.1 do Artº.39º. do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei 18/91, de 12 de Junho, da informação escrita do Sr. Presidente da C.M.A. ácerca da Actividade Municipal;

2 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea a) do nº. 2 do Artº. 39º. do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, e Lei 18/91, de 12 de Junho, da deliberação da C.M. A. relativa à "*Postura Municipal Sobre Eliminação de Barreiras Arquitectónicas para Deficientes*";

3 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea i) do nº. 2 do Artº. 39º. do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, e Lei 18/91, de 12 de Junho, da deliberação da C.M. A. relativa à "*Alienação de Parcela de Terreno, propriedade da Câmara sita na Estrada da Falagueira*".

Posta a Ordem de Trabalhos a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade dos 24 membros presentes (Documento em anexo a esta acta).

II - TOMADA DE POSSE

O Sr. Presidente da Assembleia informou que se encontra na Mesa, o pedido de suspensão da Sr^a. D^a. Maria Teresa Paulo Sampaio da Costa Macedo até 31 de Março de 1995. Após esta informação, pô-lo a votação, sendo aprovado por unanimidade dos

23 membros presentes (Documento em anexo a esta acta). De seguida foi dada posse, como membro da Assembleia, ao Sr. Luis Francisco Silva Fernandes, elemento a seguir na mesma lista da Sr^a. D^a. Maria Teresa Paulo Sampaio da Costa Macedo (Documento em anexo a esta acta).

III - APROVAÇÃO DE ACTAS

O Sr. Presidente da Assembleia pôs à consideração da Assembleia as actas n^o. 10, 11, 12, 13, 14 e 15/94. Informou que as iria pôr, em bloco, a discussão e que na votação as poria uma a uma. Não havendo intervenção na sua discussão, pôs a acta n^o. 10/94 a votação, sendo aprovada por maioria com 26 votos a favor e 3 abstenções; a acta n^o. 11/94 que foi aprovada por maioria com 25 votos a favor e 2 abstenções; a acta n^o. 12/94 que foi aprovada por maioria com 23 votos a favor e 7 abstenções; a acta n^o. 13/94 que foi aprovada por maioria com 24 votos a favor e 6 abstenções; a acta n^o. 14/94 que foi aprovada por maioria com 27 votos a favor e 4 abstenções e por fim a acta n^o. 15/94 que foi aprovada por maioria com 28 votos a favor e 2 abstenções.

IV - CORRESPONDÊNCIA

Foi lido o resumo constante das folhas que se anexam com esse título.

V - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Sr. Presidente da Assembleia informou que estão abertas as inscrições para intervenção do público, tendo-se inscrito a Sr^a. D^a. Maria Luisa Machado Pires para falar sobre a construção do Centro Comercial da Av^a. do Brasil; os alvarás dos Bares; o processo de medição audiométrica dos Bares e por fim sobre a recolha do lixo na Av^a. do Brasil e o Sr. Joaquim Ferreira para falar sobre o Centro Comercial Babilónia. O Sr. Presidente da Câmara interveio para responder às questões colocadas pelos munícipes, referindo que o processo de construção do Centro Comercial da Av^a. do Brasil, foi aprovado em sessão de Câmara; os bares estão legais uma vez que o licenciamento da abertura dos mesmos é da competência do Governo Civil de Lisboa; que está a correr uma Inspeção na Câmara e que o processo está neste momento na mão dos Inspectores e por fim sobre o Centro Comercial Babilónia, dizendo que todo o processo está legal, pois foi aprovado por todas as entidades competentes. Após esta intervenção, o Sr. Presidente da Assembleia deu este período por encerrado.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

VI - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DE TRABALHOS

O Sr. Presidente da Assembleia informou que deu entrada, na Mesa, um voto de Homenagem ao General Humberto Delgado, apresentado pela bancada do PS. De seguida leu-o e pô-lo a admissão, sendo admitido por unanimidade dos 31 membros presentes. Intervieram na sua discussão os Srs. Guilherme Guimarães e Vitor Andrade para propôr que fosse enviado também à filha do Sr. General Humberto Delgado. Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia informou que o voto de Homenagem iria, também, ser enviado à filha do Sr. General Humberto Delgado e de seguida pô-lo a votação, sendo aprovado por unanimidade dos 31 membros presentes (Documento em anexo a esta acta). Após esta votação informou que estavam abertas as inscrições para intervenção neste período, tendo-se inscrito os Srs. João Vieira, Alves Nunes, Joel Monteiro e Tremoço de Brito.

O Sr. João Vieira, na sua intervenção, mencionou o fax que enviou à Mesa da Assembleia e que foi lido no expediente, dizendo que no mesmo apontava algumas preocupações e desafiava a Comissão Permanente, em sede da Assembleia, a reflectir sobre alguns problemas, que para o Partido Popular, são preocupantes na vida municipal. Questionou ainda sobre a capacidade de resposta da Amadora a certas situações de catástrofe, nomeadamente ao nível da protecção civil, questionando sobre a capacidade de dar resposta a situações que podem decorrer, de que são exemplos o terramoto no Japão ou as inundações na Europa e se de facto a Amadora está suficientemente apetrechada para, em tempo útil, evitar a perda de vidas humanas e materiais; referiu ainda os Bombeiros da Amadora, dizendo que tem conhecimento que estão insuficientemente equipados para estas situações, pelo que pergunta se a Câmara os tem apoiado, de que forma tem sido prestado esse apoio e se poderia criar, nos Bombeiros, quadros mais ou menos profissionais para poderem acorrer a situações de emergência e a apelos da população; abordou também as notícias vindas na Comunicação Social sobre o "Quadro de Pessoal" da Câmara Municipal, dizendo que existe uma situação de alguma insatisfação com a questão de progressão nas carreiras, pelo que gostaria de ser elucidado sobre este assunto; questionou a segurança no Concelho, dizendo que está numa situação algo preocupante e caricata, pois as pessoas não se sentem seguras, pelo que gostaria de saber quais as diligências que a Câmara tem efectuado para suprir esta situação; a refugiada Angolana que se instalou à porta da Câmara, dizendo que a Câmara deveria resolver este problema e não apenas endossar as responsabilidades para o Estado ou Segurança Social, isto é, a Câmara tem obrigação de dar resposta a problemas como este. Finalmente referiu-se às notícias vindas a público, através

dos órgãos de comunicação Social, relativamente à corrupção na Câmara, solicitando ao Sr. Presidente da Câmara um adiantar de algumas explicações e saber se este já tomou alguma atitude perante as notícias.

O Sr. Alves Nunes, na sua intervenção, falou sobre os semáforos da Quinta do Borel, referindo que não se compreende a razão pela qual é que a partir da meia-noite passam a intermitentes. Referiu-se em seguida à instalação de roulottes junto do cruzamento onde o trânsito é mais intenso, o que provoca acidentes tendo na terça-feira dia 14, culminado num acidente mortal; referiu o novo sistema de recolha de lixo "MOLOK", saudando esta instalação, pois é um sistema que corresponde às expectativas e que só é pena que alguma população não esteja sensibilizada para a higiene. Por outro lado, abordou uma falta de resposta a um fax enviado à Câmara sobre a zona da Rua Gago Coutinho, junto à passagem de nível inferior e à ampliação do Babilónia, que continua a ser uma zona de anarquia, de sujeira e de atentado contra todas as regras de segurança. Referiu ainda a falta de resposta ao Clube Recreativo Bairro Janeiro sobre a condecoração; abordou a intervenção do Sr. João Vieira, dizendo que este faz parte da Comissão de Segurança, e que ainda não o viu em nenhuma reunião desta Comissão. Sobre a refugiada Angolana, acentuou que a PSP deveria ter actuado logo no primeiro dia para não deixar arrastar o problema e que a Câmara não é um asilo, correndo-se o risco se se abrir uma excepção, de ter vários refugiados à porta da Câmara para que esta lhes resolva os seus problemas.

O Sr. Joel Monteiro, na sua intervenção, referiu a Av.^a do Brasil, dizendo que a Junta de Freguesia está solidária com os moradores, pois é insuportável viver naquela zona devido à perturbação feita por alguns frequentadores dos bares do Centro Comercial; comunicou que foi mandatado pela Comissão de Moradores daquela zona para marcar, com o Sr. Presidente da Câmara, uma reunião para debater o problema e que esta reunião já se efectuou, tendo sido tecidas na mesma, algumas considerações à situação existente. Desta forma, solicita ao Sr. Presidente da Câmara que continue a interceder junto da Sra. Governadora Civil para que os bares só abram até à meia noite e também junto da PSP para que esta melhore o policiamento.

O Sr. Tremoço de Brito, na sua intervenção, falou sobre o "*Quadro de Pessoal*", referindo que a Assembleia, há mais de dois anos, aprovou o actual "*Quadro de Pessoal*" e nessa altura manifestou algumas preocupações dos trabalhadores. Tomando em conta essas preocupações, aprovou uma recomendação à Câmara, para que no próximo "*Quadro de Pessoal*" fossem tidas em consideração todas as preocupações. Nesta



Handwritten signatures in blue ink, including 'Alves Nunes' and 'João Vieira'.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

conformidade questionou a Câmara sobre o ponto de situação do novo "Quadro de Pessoal"; referiu ainda a situação na Sorefame, dizendo que se vive uma situação grave nesta empresa e por fim sobre o desemprego que existe no País, dizendo que este é muito preocupante.

O Sr. João Vieira voltou a intervir para recordar que fez as perguntas ao Sr. Presidente da Câmara e não ao Sr. Alves Nunes. Após esta intervenção, o Sr. Presidente da Assembleia informou que tinha dado entrada na Mesa um requerimento a solicitar o prolongamento do período de "Antes da Ordem de Trabalhos" e que a Mesa, tendo em conta que o 1º. ponto da Ordem de Trabalhos se destinava à informação do Sr. Presidente da Câmara sobre a Actividade Municipal, concordaria que este desse as respostas naquele ponto. De seguida pôs o requerimento a votação, sendo rejeitado por maioria com 11 votos contra e 10 a favor (Documento em anexo a esta acta). Após esta votação informou que a Comissão de Acompanhamento ao Sistema de Tratamento de Resíduos Sólidos reuniu no dia 6 de Fevereiro, tendo elaborado uma proposta, que passou a ler. De seguida pô-la a admissão, sendo admitida por unanimidade dos 28 membros presentes. Não havendo intervenções na sua discussão, pô-la a votação, sendo aprovada por unanimidade dos 29 membros presentes (Documento em anexo a esta acta). Após esta votação, o Sr. Presidente da Assembleia informou que, por se ter esgotado o tempo deste período, se ia entrar na discussão da Ordem de Trabalhos.

VII - PERÍODO DA ORDEM DE TRABALHOS

1 - Apreciação, nos termos da alínea d) do nº.1 do Artº.39º. do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei 18/91, de 12 de Junho, da informação escrita do Sr. Presidente da C.M.A. acerca da Actividade Municipal;

O Sr. Presidente da Assembleia perguntou ao Sr. António Filipe, que estava inscrito no período anterior, se queria intervir, tendo-lhe sido respondido que sim. Seguidamente interveio o Sr. António Filipe para falar sobre a política de refugiados, a política laboral, caso Sorefame e a política da Segurança, dizendo que são questões que lhe merecem alguma reflexão. Sobre a política de refugiados disse que tem sido uma matéria muito discutida no País e que Portugal é o País que menos apoio dá aos refugiados; que a única matéria legislativa em relação aos refugiados em vez de os apoiar deixa-os completamente à sua sorte; a situação da Sorefame, dizendo que esta decorre da alienação de responsabilidades do Estado para com empresas onde tem responsabili-

dades; a segurança, dizendo que é uma questão gravíssima pois a política de segurança interna que tem vindo a ser seguida tem sido responsável pelo fracasso da reestruturação das forças de segurança. Por fim disse que é lamentável o Partido Popular (PP) vir responsabilizar a Câmara Municipal sobre estes problemas e abdique de responsabilizar o Poder Central nestas três vertentes gravíssimas da sua política. De seguida interveio o Sr. João Vieira para usar o direito de resposta, dizendo que não veio para a Assembleia com as questões sobre o que se passou na Europa, mas sim sobre as potencialidades e possibilidades de actuação das várias Instituições incumbidas da Protecção Civil na Amadora e que as questões que aqui foram levantadas também já foram apresentadas na Assembleia da República.

O Sr. Presidente da Câmara interveio para responder às questões colocadas no período anterior, tais como, a Protecção Civil, dizendo que o Serviço Nacional de Protecção Civil está dividido em Serviços Distritais de Protecção Civil e estes em Serviços Municipais de Protecção Civil e que a Câmara tem trabalhado junto das Escolas e diversas entidades para informar quais as medidas a tomar em caso de terremotos ou outras calamidades, tais como, as cheias; que a Câmara teve a preocupação de incluir, no novo quadro de apoio a limpeza das Ribeiras, nomeadamente a Ribeira do Jamor através de um projecto intermunicipal da Amadora, Sintra, Oeiras e Cascais, que já está entregue no Ministério; que já houve reuniões com a Sr^a. Ministra do Ambiente sobre esta matéria; as medidas a tomar para equipar os Bombeiros, dizendo que não estão bem equipados e que a quem compete equipar os Bombeiros, em primeira instância, é ao Serviço Nacional de Bombeiros; que a Câmara se disponibilizou a cobrir a parte correspondente aos Bombeiros para aquisição de material; que a Câmara propôs aos Bombeiros a compra, através de uma conta bancária, em "*Leasing*", do material; que a Câmara dá apoio financeiro para que os Bombeiros possam ter um corpo permanente; o Quadro de Pessoal da Câmara, dizendo que não está ajustado neste momento, no entanto, neste mandato, já houve a aprovação, pela Assembleia Municipal, de uma alteração no sentido de resolver algumas questões, nomeadamente a integração de alguns trabalhadores no Quadro Permanente; que o Município tem mais de 2 milhões de contos por ano em despesas com o pessoal; que permanentemente há concursos de promoção; que a necessidade de reformulação da Câmara exige que haja uma reformulação do Quadro e que já foi distribuído pelos Srs. Vereadores para estes o analisarem, bem como à Comissão Sindical; o policiamento, dizendo que a Divisão da P.S.P. da Amadora se tem vindo a alargar para o Concelho de Sintra, pelo que acha que é necessário dividir o Concelho da Amadora e o de Sintra em termo de poli-



Leopoldo
J. J. Silva
J. M.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

ciamento e por outro lado é preciso implementar as Esquadras e também que as Super-Esquadras são uma péssima solução; a falta de segurança na Av^a. do Brasil, dizendo que a solução seria o encerramento dos bares do Centro Comercial à meia-noite; a marginalidade na Amadora, dizendo que a destruição do mobiliário urbano é maior junto às Escolas do que nos Bairros degradados; o insucesso escolar na Amadora, dizendo que este diminuiu quando a Câmara fez as Jornadas de Sucesso Escolar; a nota de imprensa feita pela Câmara sobre a senhora desalojada que esteve em frente à Câmara, dizendo que foi feita de propósito para que a Comunicação Social viesse cá e que antes do despejo se dar, houve contactos entre a Comissão de desalojados da ONU, a Segurança Social e a Câmara no sentido de as pessoas serem realojadas durante dois meses numa pensão, mas a senhora recusou, pois o que pretendia era que a Câmara lhe desse uma casa, o que era impossível e que a senhora já recebeu a indemnização da JAE; o PER, dizendo que este implica um gasto de 61 milhões de contos ao Município; que existe o recenseamento, que é obrigatório, de todas as pessoas que vivem em barracas e estas são mais de 6 mil e também que a refugiada que estava à porta da Câmara não consta deste recenseamento; as Bombas de Gasolina no Concelho, dizendo que não quer comentar o que vem escrito na Comunicação Social, pois trocam o nome às pessoas e os partidos a que cada um pertence; que o Presidente da Câmara não quis responder, o que não é verdade, pois a Câmara recebeu um fax às 15.55 horas para responder até às 19.00 horas e que no mesmo constavam 7 perguntas com desenvolvimento a que devido ao pouco tempo, a Câmara respondeu que seriam respondidas oportunamente, que solicitou aos serviços a situação em que se encontram as Bombas de Gasolina, bem como à Sr^a. Vereadora D^a. Adelaide, uma vez que detém este pelouro; que da parte da Sr^a. Vereadora recebeu a informação hoje e da parte dos Serviços recebeu a informação onde informavam que há 4 Bombas de Gasolina que não têm celebrado o contrato de Direito de Superfície com a Câmara e que são a Petrogal em Alfovelos e Casal de S. Brás e a SHELL junto ao Lido e Av^a. D. Carlos I e que as restantes estão legalizadas, com os processos aprovados pela Câmara e Assembleia; os Semáforos do Borel, dizendo que são automáticos e ligam consoante a sua programação e também que são desligados àquela hora porque quem os programou achou que era a hora certa, pois a partir da meia-noite não havia motivos para estarem ligados, devido ao pouco trânsito; a Av^a. Gago Coutinho, dizendo que a resposta vai ser dada por escrito e sobre a resposta ao Clube Recreativo do Bairro Janeiro, dizendo que lamenta não lhe ter sido dada resposta. De seguida informou que a Actividade da Câmara tem sido muito intensa com reuniões com o Gabinete do Nú

Ferroviário e Junta Autónoma das Estradas para decidir coisas extremamente importantes para o Município, tais como, a Estação da Reboleira, que pensa que as obras se vão iniciar muito em breve; a nova Estação da Damaia que está bastante avançada no aspecto de projecto e de ideias para a reformulação da zona; com a JAE que há diversas áreas de intervenção desta, nomeadamente, a reformulação do cruzamento dos Quatro Caminhos; o viaduto a construir entre a Serra de Carnaxide e a Av^a. Conde Castro Guimarães para completar o nó dos Quatro Caminhos; a ligação da via do Hospital junto ao Lido; o viaduto da Rua António Feijó que terá de ser demolido por fases, isto é, uma faixa de cada vez para alargamento do seu vão e também que este vai ficar com quatro faixas de cada lado; a ligação da Av^a. General Humberto Delgado, por viaduto subterrâneo, junto às Escolas Preparatória e Secundária do lado da Venteira, dizendo que o estudo está praticamente feito e também que se fará um outro viaduto junto ao campo do Estrela da Amadora que ligará a zona da Av^a. do Brasil à Reboleira; as reuniões pedidas ao Sr. Secretário de Estado da Habitação, no ano passado, mas que só este ano foram possíveis, para se tratarem assuntos relativos ao PER; a reunião com o Sr. Ministro das Obras Públicas, para tratar dos investimentos Intermunicipais na área das vias de comunicação; a reunião com a Secretaria de Estado dos Desportos para tratar dos Polidesportivos das Escolas Preparatórias e Secundárias e por fim sobre a reunião com a Sr^a. Ministra do Ambiente e dos Recursos Naturais para tratar do saneamento da Costa do Estoril, dizendo que em breve será publicada legislação que permitirá, finalmente, aos Municípios da Amadora e Sintra, virem a aderir a este.

O Sr. Vereador Carlos Silva, por delegação do Sr. Presidente da Câmara, interveio para falar sobre a Segurança e Protecção Civil na Amadora, dizendo que a resposta que a Amadora pode dar em questões de Protecção Civil é a mesma que todos os Municípios podem dar, pois se acontecer um terramoto como o do Japão, nem o melhor Serviço de Protecção Civil pode dar resposta, mas se acontecer um mais pequeno já haverá resposta através dos Bombeiros, Cruz Vermelha, etc.; que existe um Projecto de Regulamento de Protecção Civil, mas que não foi possível trazê-lo à A.M.A., uma vez que está no Gabinete Jurídico; que conta apresentar, ainda este ano, o Plano Municipal de Emergência; a limpeza das Ribeiras, dizendo que neste momento se encontram máquinas junto à Ribeira da Falagueira para a limpeza desta e por fim sobre a Segurança, dizendo que tem tido a preocupação de junto do Comandante da PSP estudar algumas das preocupações que existem ao nível do Concelho.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

A Sr^a. D^a. Maria Antónia Taborda, na sua intervenção, falou sobre a Acção Social, perguntando se foi por razões burocráticas que a atribuição de dois subsídios às Associações de Pensionistas da Falagueira e Reboleira foram presentes em duas reuniões de Câmara distintas num espaço de apenas trinta dias e por fim sobre a Acção Social Escolar, dizendo que a Câmara atribui, tal como vem explícito no Relatório da Actividade Municipal, no 1^o. trimestre gastou 20 mil e tal contos para suplemento alimentar para 2773 alunos do 1^o. ciclo escolar, o que dá cerca de 84 mil contos por ano, pelo que tem pena que a população não tenha conhecimento desta acção meritória da Câmara.

O Sr. Guilherme Guimarães, na sua intervenção, falou sobre o Relatório da Actividade Municipal, dizendo que tem uma dúvida sobre a adjudicação por concurso público para o fornecimento de inverno a várias firmas no montante de 327 mil contos, cinco mil contos e mais 3 mil contos, pelo que pergunta de que material se trata.

O Sr. Manuel Jerónimo, na sua intervenção, falou sobre a área social, dizendo que fez chegar à Câmara, vai para 3 anos, um Plano de Actividades de uma Associação, da qual faz parte, e até ao momento ainda não obteve qualquer resposta.

O Sr. José Fernandes, na sua intervenção, falou sobre a defesa do consumidor, dizendo que gostava de saber quais os processos que foram resolvidos pelos Serviços da Câmara, os que foram em Comissão Arbitral, os que foram em Contencioso e os que foram arquivados.

O Sr. Francisco Mota, na sua intervenção, falou sobre o PER, dizendo que a Câmara da Amadora é uma das poucas Câmaras que ainda não tem o plano aprovado, pelo que gostaria de ter mais informações sobre este, bem como sobre o URBAN; os Serviços Municipalizados, perguntando como está o processo e por fim sobre as Bombas de Gasolina, dizendo que a Câmara é responsável pelo não pagamento do Direito de Superfície e por fim sobre o Relatório da Actividade Municipal, dizendo que verificou que foram concedidos vários subsídios às colectividades, mas que, segundo ele, o critério de atribuição não é o mais indicado e que a Câmara ainda deve a várias colectividades o subsídio de participação do Desfile Municipal, pelo que gostaria de saber o que é que se passa com este assunto.

O Sr. João Vieira, na sua intervenção, falou sobre os Serviços de Protecção Civil da Amadora; a aquisição de material para os Bombeiros em sistema "Leasing", perguntando se a Câmara avalizou essa aquisição; a solidariedade social, dizendo que a Câmara

MA
EN
T

não deveria substituir as entidades competentes, mas que deveria pelo menos, numa situação transitória, tentar minimizar o problema da refugiada; as Bombas de Gasolina, dizendo que os Serviços deveriam ser mais céleres no recebimento do Canon Superficial e por fim sobre o Plano de Actividades e Orçamento da C.M.A. para o ano de 1995, dizendo que continua à espera que a Câmara o envie para a Assembleia o apreciar.

O Sr. Presidente da Câmara voltou a intervir para responder às questões colocadas. Assim, os subsídios entregues foram a duas reuniões da Câmara distintas no espaço de 30 dias, uma vez que são subsídios diferentes, pois reportam-se às actividades das Associações em tempos diferentes; no campo da Acção Social, a Câmara faz um esforço muito grande para minimizar as situações de alguns alunos; relativamente à aquisição de inverno, falta uma palavra no Relatório e que se trata de aquisição de fardamento para os funcionários no período de inverno. A Câmara tem atribuído vários subsídios às Associações de Idosos, mas não atribuiu à Associação a que pertence o Sr. Manuel Jerónimo por estar sediada em Lisboa embora preste serviços relevantes na Amadora; a defesa do consumidor. A Amadora tem, por cada pessoa a instalar, 267,7 fogos por Km² e que Lisboa tem 132, Loures 20, Oeiras 69 e Sintra 5, pelo que o modelo legal do PER não se pode aplicar à Amadora. O PER não resolve a situação da Habitação Social na Amadora. O URBAN, ainda não está definido. A Assembleia Municipal aprovou os Canons Superficiais das Bombas de Gasolina e até hoje ainda não foram cobrados porque não estão feitos os acordos com as 4 Bombas existentes no Concelho. No entanto, as dívidas terão de ser pagas na mesma, assumindo que o facto foi um erro da Câmara. Há bastantes milhares de contos de dívidas da Câmara às Colektividades, e a proposta do ponto 3 da Ordem de Trabalhos pretende vir a permitir financiamento para liquidar essas dívidas definitivamente e de forma célere. O Plano de Actividades e Orçamento da C.M.A. para o ano de 1995, será possível apresentar em tempo útil mas, mais grave seria apresentar um que não tivesse a ver com a realidade, pois o que se passa com o Gabinete do Nó Ferroviário e JAE são milhões de contos que representam opções complexas, isto é, eventuais diminuições de verba para outras acções, sendo necessário que a Câmara esteja em condições de permitir que essas obras se realizem no tecido urbano da Amadora. O Plano de Actividades com o PER tem de ser diferente de um que não o inclua, razão da demora do seu envio para a Assembleia Municipal. A aquisição de material para os Bombeiros através de "Leasing" não está analisada pela Câmara, mas pensa que terá de haver um empréstimo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

bancário. Após estas respostas o Sr. Presidente da Assembleia deu este ponto por encerrado.

2 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea a) do nº. 2 do Artº. 39º. do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, e Lei 18/91, de 12 de Junho, da deliberação da C.M. A. relativa à *"Postura Municipal Sobre Eliminação de Barreiras Arquitectónicas para Deficientes"*;

O Sr. Presidente da Assembleia informou que a Comissão de Urbanismo reuniu no passado dia 17 de Janeiro para analisar esta proposta, tendo emitido um parecer que vai ser lido (Documento em anexo a esta acta). Intervieram na discussão desta proposta o Sr. José Teodoro e Presidente da Câmara para dar as devidas explicitações. Não havendo mais intervenções, foi a proposta posta a votação para aprovação, sendo aprovada por unanimidade dos 27 membros presentes (Documento em anexo a esta acta). Por proposta do Sr. Presidente da Assembleia, a deliberação foi tomada em minuta.

3 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea i) do nº.2 do Artº.39º. do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, e Lei 18/91, de 12 de Junho, da deliberação da C.M. A. relativa à *"Alienação de Parcela de Terreno, Propriedade da Câmara sita na Estrada de Alfragide"*.

O Sr. Presidente da Assembleia informou que a Comissão de Urbanismo reuniu com o Sr. Presidente da Câmara no passado dia 8 de Fevereiro para analisar esta proposta, tendo emitido um parecer que vai ser lido (Documento em anexo a esta acta). Após esta leitura, o Sr. Presidente da Câmara fez a introdução formal da proposta, intervindo, de seguida, os Srs. João Vieira, Pedro Cordeiro, Miguel Gabriel, Francisco Mota, Vitor de Andrade, e o Presidente da Assembleia. Finalmente, o Sr. Presidente da Câmara informou que retirava a proposta, para ser reformulada, e posteriormente ser de novo enviada à Assembleia, o que foi aceite.

Finda a discussão da Ordem de Trabalhos, o Sr. Presidente da Assembleia deu a Sessão por encerrada às 01.33 horas.